



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

SAÚDE E AMBIENTE

ISSN IMPRESSO 2316-3313

ISSN ELETRÔNICO 2316-3798

USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA

Jackson Roberto G. da S. Almeida¹
Ilze Braga de Carvalho Nobre³

Paulo Roberto Marinho Meira²
Juliana dos Reis Tupiná⁴

RESUMO

O uso de plantas para a prática da medicina popular é bastante antigo, tendo a sua importância na cura e na prevenção de enfermidades. Por outro lado, há uma corrida contra a perda do conhecimento popular tradicional de plantas e ervas para a cura das mais diversas patologias. Realizou-se um estudo no município de Juazeiro-BA com profissionais de saúde e usuários de plantas medicinais acerca de plantas utilizadas terapêuticamente, e a transmissão desse conhecimento às gerações mais novas. O objetivo deste trabalho é contribuir para dar um suporte científico ao uso de plantas medicinais no Vale do São Francisco. Os resultados sugerem ações mais efetivas na capacitação dos profissionais quanto ao uso de plantas, bem como um bom conhecimento empírico por parte da população.

PALAVRAS-CHAVE

Plantas Medicinais. Fitoterapia. Vale do São Francisco.

ABSTRACT

The use of plants for the practice of folk medicine is very old, and it is important to heal and prevent diseases. Moreover, there is a race against the loss of traditional folk knowledge about plants and herbs which are used to heal people from various diseases. It was conducted a study in Juazeiro-BA with health professionals and users of herbs about the plants which are therapeutically used, and how this knowledge could be transmitted to younger generations. The aim of this study is to give a scientific support to the use of medicinal plants in the Vale do São Francisco. The results suggest that the professionals need more effective actions in the training on the use of plants, and highlight that the population need a good empirical knowledge as well.

KEYWORDS

Medicinal Plants. Phytotherapy. Vale do São Francisco.

RESUMEN

El uso de plantas para la práctica de la medicina popular es muy antigua y tiene muy importancia en la cura y la prevención de enfermedades. Por otro lado, hay una carrera contra la pérdida de conocimiento popular tradicional de las plantas y hierbas para la cura de diversas enfermedades. Se realizó un estudio en Juazeiro-BA con profesionales sanitarios y usuarios de plantas medicinales sobre hierbas utilizadas con fines terapéuticos, y la transferencia de este conocimiento a las generaciones más jóvenes. El objetivo de este trabajo

es dar un apoyo científico a la utilización de plantas medicinales en el Valle del São Francisco. Los resultados sugieren acciones más efectivas en la formación profesional en el uso de las plantas, así como un buen conocimiento empírico sobre la parte de la población.

PALABRAS CLAVE

Plantas Medicinales. Fitoterapia. El Valle de San Francisco.

1 INTRODUÇÃO

As plantas são utilizadas desde os primórdios da civilização para tratamento e cura de enfermidades, o que propiciou uma das bases mais importantes para o nascimento da medicina, e tem contribuído significativamente para o fortalecimento da indústria farmacêutica, através do isolamento de substâncias bioativas, cuja complexidade de muitas estruturas químicas inviabilizaria a técnica e economicamente a síntese orgânica de tais substâncias (CECHINEL-FILHO; YUNES, 2001).

Muitas das propriedades terapêuticas das plantas são relatadas pela população e são confirmadas em sua maioria nos estudos científicos, comprovando, portanto, a importância da pesquisa etnofarmacológica. Tais propriedades propiciaram o desenvolvimento de vários medicamentos, sejam estes obtidos por síntese, a partir do metabólito protótipo, ou por isolamento, algumas vezes, biomonitorado (SIMÕES et al., 2002).

O conhecimento sobre plantas medicinais simboliza, muitas vezes, o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos. Ainda hoje nas regiões mais pobres do país e até mesmo nas gran-

des cidades brasileiras, plantas medicinais são comercializadas em feiras livres, mercados populares, e encontradas em quintais residenciais. As observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais contribuem de forma relevante para as virtudes terapêuticas dos vegetais, prescritos com frequência, pelos efeitos medicinais que produzem, apesar de não terem seus constituintes químicos conhecidos. Dessa forma, usuários de plantas medicinais de todo o mundo preservam a prática do consumo de fitoterápicos, tornando válidas informações terapêuticas que foram acumuladas durante séculos (MACIEL et al., 2002).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 80% da humanidade não têm acesso ao atendimento primário de saúde, por estarem muito distantes dos centros de saúde ou por não possuírem recursos para adquirir os medicamentos prescritos. Para essa população, as terapias alternativas são as principais formas de tratamento e as plantas medicinais os principais medicamentos (BIAVATTI et al., 2007).

A partir de maio de 1978, segundo resolução estabelecida pela ONU, foi recomendado a todos os países do mundo o estudo científico de plantas

medicinais em uso pela medicina popular. Tal recomendação foi feita como forma de permitir a identificação de agentes terapêuticos para a produção, manipulação e tratamento de saúde da população em regiões desprovidas ou ineficientes em assistência à saúde, ou ainda, onde houver uma concentração de pessoas de baixa renda.

No Nordeste, e principalmente no semiárido, com concentração de população de baixo poder aquisitivo, essa recomendação deve ser reconsiderada de forma especial, notadamente, em função dos baixos custos dos medicamentos e facilidade de interiorização de seus benefícios.

Frente a essa realidade, várias iniciativas foram tomadas pelos governos do Brasil visando o estudo de plantas medicinais. O marco inicial foi a criação do Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos (CEME), em 1982. Na última década, várias resoluções e documentos apresentam propostas para a inserção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2006 foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares para o SUS, a qual recomenda a fitoterapia. O documento propõe a implementação de ações e serviços relativos à(s) fitoterapia/plantas medicinais pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos sistemas de atenção à saúde. Com o objetivo de incentivar o estudo e o uso racional de plantas medicinais no país, o Governo Federal aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos através do Decreto 5.813/2006, que se constitui parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Em 2008, foi aprovado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial nº 2960), que define ações, prazos, recursos, ministérios/órgãos gestores envolvidos para o desenvolvimento das diretrizes da política.

Do ponto de vista legal, temos uma ampla e sólida legislação que incentiva a pesquisa e o uso de plantas medicinais. Mas, será que os profissionais de saúde, responsáveis pela prescrição, têm conhecimento, aceitam e recomendam o uso de plantas medicinais nas unidades de saúde? Os usuários de plantas medicinais têm conhecimento suficiente a respeito das propriedades terapêuticas das plantas?

Estudo realizado nas unidades básicas de atenção à saúde da família no município de Maracanaú, estado do Ceará, mostrou que a prevalência de fitoterápicos nas prescrições foi de 20,6%, e que as principais indicações terapêuticas dos fitoterápicos foram para as afecções respiratórias, cutâneas e para o diabetes mellitus. Observou-se também, naquele município, um cenário favorável à implantação do Programa Farmácias Vivas (SILVA et al., 2006).

Estudo mais recente, realizado na região Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro, avaliou o consumo de plantas medicinais, a aceitação por parte dos profissionais de saúde e o modo de uso pela população (VEIGA-JÚNIOR, 2008). A análise de 1.320 formulários preenchidos pela população do interior do estado do Rio de Janeiro e por profissionais da área de saúde permitiu verificar que as plantas medicinais são as principais formas de tratamento para 63% dos entrevistados, apesar da disponibilidade de medicamentos alopáticos. Foi observada a utilização de plantas como automedicação antes da consulta ao médico, concomitante com o medicamento alopático (55,9%) e, em muitos casos, substituindo-o (52,4%), sem o conhecimento do médico. A pesquisa mostrou ainda a falta de conhecimento dos profissionais da área de saúde sobre a cultura de utilização das plantas medicinais pela população, preferindo terapias alternativas que não fazem parte da cultura popular brasileira, como a acupuntura, por exemplo.

Apesar disto, tem-se observado a crescente aceitação da fitoterapia por parte dos profissionais de saúde da atenção básica, assim como o aumento de seu uso pela população.

Assim, o objetivo do presente trabalho foi fazer um levantamento do uso de plantas medicinais em uma Unidade de Saúde da Família no município de

Juazeiro-BA, analisando principalmente a aceitação dos profissionais de saúde e o conhecimento da população a respeito das mesmas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Juazeiro-BA, localizado a 510 Km da capital Salvador, entre os meses de outubro e novembro de 2010. Para início do trabalho, foi selecionada a Unidade Básica de Saúde do bairro Dom José Rodrigues. Essa localidade foi escolhida devido à facilidade de acesso para os estudantes, bem como por ser uma Unidade em que já realizamos outras pesquisas, pois, o conhecimento com os profissionais de saúde e a população facilita a obtenção dos dados. O nosso objetivo foi avaliar a aceitação dos profissionais de saúde e usuários do serviço em relação ao projeto, para posterior aplicação em outras unidades de saúde do município.

A amostra foi composta de 44 pessoas, sendo 9 profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde) e 35 usuários, com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos. Os participantes foram selecionados de forma aleatória, mas que se enquadravam no perfil exigido pelo projeto, ou seja, ser profissional de saúde trabalhando naquela unidade e ser usuário de planta medicinal para o tratamento de algum problema de saúde. Para os usuários, foram incluídos na amostra aqueles que fazem uso constante de plantas medi-

cinais, ou por experiência própria ou por tradição da família na passagem desse conhecimento.

Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário semi-estruturado contendo perguntas abertas e fechadas, que abordavam desde aspectos gerais como idade, sexo e escolaridade, até questões mais específicas, como o conhecimento e uso de plantas medicinais. Aos profissionais de saúde, o questionário foi aplicado na própria unidade de saúde, para os usuários, foi utilizada a entrevista realizada em domicílio. Todos os entrevistados foram previamente esclarecidos a respeito do conteúdo e objetivos das entrevistas, e concordaram em colaborar com o estudo.

A pesquisa seguiu as recomendações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi submetido à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco, o qual foi aprovado com o protocolo número 073240509.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Juazeiro está localizado à margem direita do Rio São Francisco, no extremo norte da Bahia, na zona do médio e baixo São Francisco, possui uma popu-

lação aproximada de 230.538 habitantes (Prefeitura Municipal de Juazeiro, 2010). O município possui 22 Unidades de Saúde da Família, entre elas a do bairro Dom José

Rodrigues. Os resultados apresentados aqui fazem parte de um projeto de pesquisa que foi desenvolvido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), o qual busca avaliar a aceitação dos profissionais de saúde e o modo de uso pela população usuária das diferentes unidades de saúde do município.

Inicialmente, foram entrevistados profissionais de saúde atuando na Unidade de Saúde da Família do bairro Dom José Rodrigues. Do total de 9 profissionais entrevistados, 88,9% eram mulheres e 11,1% eram homens. A média de idade variou entre 26-36 anos (33,3%) até 37-47 anos (66,7%). Em relação à escolaridade, 55,7% tinham o nível médio completo, 22,2% concluíram o nível superior e 22,1% concluíram o nível técnico.

Quando perguntados se tinham algum conhecimento sobre fitoterapia e medicamentos fitoterápicos, 66,7% dos profissionais disseram não ter conhecimento e 33,3% disseram ter conhecimento sobre essa forma de terapia alternativa, no entanto, todos eles (100%) responderam que os profissionais de saúde deveriam ter conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterapia.

A carência de conhecimentos nessa área ainda representa um espaço significativo a ser preenchido. O trabalho "Fitoterapia no Serviço Público da Paraíba" (OLIVEIRA et al., 1998) relata que os profissionais entrevistados (n=100) não prescrevem remédios à base de plantas medicinais por falta de conhecimento, e que 98% concordam que os profissionais deveriam conhecer melhor o uso de plantas medicinais.

Os profissionais referem pouca oportunidade de formação nesta área, tanto em nível de graduação e pós-graduação bem como de cursos e capacitações. Dos entrevistados, 88,9% não teve formação na área de fitoterapia e apenas 11,1% tiveram essa formação. A preocupação por educação em fitoterapia é constante em todo o mundo, e tem sido demonstrada através das instituições públicas e privadas de ensino superior, ou associações não-governamentais existentes no Brasil e em outros países. Na Internet, os sites se multiplicam, informando sobre fitoterapia

com maior ou menor grau de qualidade, oferecendo, inclusive, cursos on-line. O mais preocupante de tudo isso é que, apesar de todos os incentivos e das políticas públicas para a implantação da fitoterapia na atenção primária à saúde, não há na unidade de saúde e nem no município um programa para implantação da fitoterapia e estímulo ao uso de plantas medicinais. Todos os profissionais responderam que, se houvesse uma orientação adequada, seria importante a implantação de um programa dessa natureza nas unidades de saúde, pois, 66,7% deles costumam indicar plantas medicinais para as pessoas atendidas. As principais indicações são: dor e inflamação, dores de cabeça, sedativo e calmante, bronquite, febre, tosse, gripe, resfriado, hipertensão, doenças ginecológicas, cicatrizante, úlcera, gastrite e infecção urinária. A indicação se baseia no conhecimento que eles possuem, mas, que necessita de conhecimento técnico e uma orientação adequada para auxiliar na indicação.

Um profissional melhor capacitado terá condições de se adequar ao Programa de Saúde da Família (PSF) e aos programas de fitoterapia que vêm sendo instituídos em diversos estados e municípios do nosso país. A atenção dirigida pelas autoridades e administrações de saúde para o uso de plantas medicinais aumentou consideravelmente nos últimos anos, por diferentes razões e em diferentes setores. Nos países em desenvolvimento, isto resultou principalmente na decisão de levar mais a sério a medicina tradicional e de explorar a possibilidade de utilizá-la em cuidados primários de saúde (SILVEIRA et al., 2008).

Segundo Sacramento (2000), há cada vez mais entidades pesquisando as possibilidades e perspectivas na área de fitoterapia. Uma pesquisa coordenada por esta mesma autora envolvendo prefeitos de 500 municípios mostrou que 46% deles desenvolvem programas de fitoterapia, enquanto que 54% não o fazem. Entretanto, 100% desejam implantá-los, caso tenham orientação adequada. Para que essa implantação ocorra é essencial que os profissionais da área de saúde conheçam as atividades farmacológicas e a toxicidade das plantas medicinais da nossa região. Esse é o desafio que estamos propondo, e a Secretaria

Municipal de Saúde de Juazeiro já manifestou interesse na implantação da fitoterapia no SUS, o que pode ser estratégico para o município, bem como para toda a região do Vale do São Francisco, carente no acesso da população aos medicamentos industrializados.

Na segunda etapa do projeto, foram entrevistados usuários de plantas medicinais residentes naquele bairro. Os entrevistados foram perguntados se faziam uso de plantas para fins medicinais regularmente, como critério de inclusão no estudo. Foi observado um

baixo percentual da população que fazia uso regular de plantas para a cura de doenças, das cerca de 120 residências visitadas, somente 35 (29%) possuíam pelo menos uma pessoa usuária de plantas medicinais.

Do total da amostra, 97% dos usuários eram do sexo feminino e 3% do sexo masculino. A média de idade que prevaleceu foi de 26-47 anos (51,5%). A maioria dos participantes eram casados (60%) e em relação à escolaridade, 40% haviam concluído o nível médio (Tabela 1).

Tabela 1. Aspectos gerais da amostra estudada

Indicadores	N	%
Sexo		
Masculino	1	3
Feminino	34	97
Total	35	100
Idade		
18-25 anos	3	8,5
26-47 anos	18	51,5
48-58 anos	6	17,2
59-69 anos	4	11,4
> 70 anos	4	11,4
Total	35	100
Estado civil		
Casado (a)	21	60,0
Solteiro (a)	5	14,3
Viúvo (a)	4	11,4
Separado/ divorciado	5	14,3
Total	35	100
Escolaridade		
Ensino fundamental	13	37,1
Ensino médio	14	40,0
Nível superior	1	2,9
Não alfabetizado	7	20,0
Total	35	100

O predomínio do sexo feminino pode estar relacionado com o horário em que foram realizadas as entrevistas, de 8 às 12h, o que também foi observado em outro estudo de base epidemiológica, realizado no mesmo bairro (FERRO et al., 2008). Foi relatado também que são as mulheres quem preparam as preparações caseiras. O alto percentual de mulheres que preparam as formulações está de acordo com estudos anteriores que mostram que, por prepararem os alimentos, elas também preparam chás e infusões à base de plantas (HOWARD, 2003).

Em seguida, foram analisados os hábitos dos informantes em relação ao uso de plantas medicinais, 71,4% (25/35) relataram sempre usar remédios caseiros quando adoecem. Do total de entrevistados, 74,3% (26/35) cultivam plantas medicinais em casa e recorrem a elas quando estão doentes, pois, segundo eles, possuem conhecimento suficiente sobre plantas medicinais para preparar o remédio e tomá-lo, porque a maioria adquiriu tal conhecimento com os pais (62,8%) ou com os avós (41,5%). Esse é um dado importante para a nossa pesquisa, já que, reflete o resgate do conhecimento tradicional. Esse conhecimento vem se perdendo, é preciso resgatá-lo antes que seja tarde demais, e é uma reivindicação correta, pois, este precioso acervo significa séculos, ou mesmo milênios de acumulação de conhecimento empírico.

Chamamos a atenção também para os riscos da automedicação, pois, sem uma identificação correta dessas plantas, sem uma orientação adequada sobre a parte usada e modo de preparo das mesmas, há a possibilidade de intoxicação. Mediante o elevado percentual de pessoas que disseram reconhecer as plantas que utilizam (94,4%), pretendemos dar um suporte científico ao uso de plantas medicinais, aliando o uso popular às informações encontradas na literatura científica.

A maioria dos entrevistados (97,2%) relatou que nunca apresentou sinais de toxicidade com o uso de plantas medicinais, que ninguém da família passou

mal usando chás ou outros remédios caseiros, porém, quando esses efeitos apareceram, tontura, náuseas e dores de cabeças foram os sintomas mais citados.

Quando perguntados se achavam importante que profissionais de saúde deveriam ter conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterapia, 97,1% (34/35) acham importante esse conhecimento para os profissionais e que seria importante a implantação de um programa dessa natureza em sua unidade de saúde. Os entrevistados sempre usam plantas medicinais para o tratamento de dor e inflamação, problemas de circulação, asma, infecção urinária, dor de cabeça, calmante, úlcera e gastrite, tosse, gripes e resfriados, doenças ginecológicas, cicatrizante, entre outros usos.

O sistema público de saúde no Brasil não possui uma política de assistência farmacêutica capaz de suprir as necessidades medicamentosas da população, sobretudo no Nordeste, onde a população carente apresenta dificuldades para obter os medicamentos essenciais bem como adoece muito mais (COSENDEY et al., 2000). Alguns estados e municípios vêm realizando a implantação de Programas de Fitoterapia na atenção primária à saúde, com o intuito de suprir as carências medicamentosas de suas comunidades. No entanto, essas plantas devem ser selecionadas de acordo com bases científicas, com uso seguro e atividade farmacológica comprovada.

Alguns princípios nortearam a elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tais como: ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde dos usuários do SUS; uso sustentável da biodiversidade brasileira; valorização e valorização dos conhecimentos das comunidades tradicionais; fortalecimento da agricultura familiar; geração de emprego e renda; desenvolvimento industrial e tecnológico; a perspectiva de inclusão social e regional; além da participação popular e do controle social sobre todas as ações decorrentes dessa iniciativa.

A necessidade de utilizar tratamento fitoterápico no SUS surgiu porque muitos medicamentos sintéticos não possuem preços acessíveis às pessoas com baixa renda, além dos efeitos colaterais que eles produzem.

Vemos nas plantas medicinais uma alternativa terapêutica de baixo custo para tratamento de saúde da população, bastando apenas interesse do poder público em implantar a fitoterapia, como está previsto em lei.

4 CONCLUSÕES

Nas últimas décadas, mudanças têm ocorrido nos sistemas de saúde e os pacientes estão pedindo aos médicos que lhes prescrevam alternativas naturais. Não são raros os casos em que os pacientes pedem a substituição dos medicamentos alopáticos tradicionais pelos fitoterápicos. Isso demonstra a confiança da população na fitoterapia, porém, precisamos capacitar os profissionais de saúde para a prescrição desses medicamentos.

Salientamos a necessidade da implantação de hortos de plantas medicinais em unidades de saúde, escolas, associações de bairro e até mesmo nos quintais residenciais, para que a população possa ter acesso a remédios caseiros de baixo custo e com atividade comprovada. A utilização de um sistema multidisciplinar, onde médicos, enfermeiros, farmacêuticos, biólogos e agrônomos atuem juntos e se complementem, abre espaços a fim de se enveredar a pesquisa de plantas medicinais por caminhos onde os esforços e investimentos possam resultar na produção de medicamentos que sejam comercializados a um baixo custo para a população. Deve-se buscar uma aproximação entre a universidade e as indústrias no país para que o potencial da nossa flora seja melhor aproveitado.

É bom frisar que já existem, nos estados vizinhos, trabalhos eficientes na exploração da medicina natural, a exemplo da Paraíba e Ceará, onde já se concentram alguns municípios com unidades de produção e manipulação de plantas medicinais, resultando na fabricação de vários produtos. Os resultados são satisfatórios e promissores em razão da grande aceitação popular.

Implantar a fitoterapia no sistema de saúde não é um trabalho fácil, envolve diversos profissionais como médicos (para prescrever), farmacêuticos (para manipular) e agrônomos (para planejar o cultivo das plantas), entre outros. Estes são os principais componentes para a implantação deste sistema. Além disso, é necessário conhecimento técnico sobre as plantas, seus efeitos terapêuticos e tóxicos, parte utilizável, via de administração e um bom banco de dados de referências bibliográficas. Tudo isso só é possível através da interação e da constante troca de informações entre as secretarias estadual e municipal de saúde com as pesquisas desenvolvidas dentro das universidades (GUIMARÃES et al., 2011).

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela bolsa de iniciação científica concedida a Ilze Braga de Carvalho Nobre e Paulo Roberto Marinho Meira; a

toda equipe da Unidade de Saúde da Família do bairro Dom José Rodrigues e, especialmente, a todos os voluntários que participaram da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BLAVATTI, M.W.; MARENSE, V.; LEITE, S.N.; REIS, A. Ethnopharmacognostic survey on botanical compendia for potential cosmeceutic species from Atlantic Forest. **Braz J Pharmacogn**, v. 17, p. 640-653, 2007.
- CECHINEL-FILHO, V.; YUNES, R.A. **Plantas medicinais sob a ótica da química medicinal moderna**. In: YUNES, R.A.; CALIXTO, J.B. (ed.). Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2001. 524 p. ISBN: 8575350021.
- COSENDEY, M.A.E. et al. Assistência farmacêutica na atenção básica de saúde: a experiência de três estados brasileiros. **Cad Saúde Pública**, v. 16, p. 171-182, 2000.
- FERRO, T.M. et al. Principais fatores de risco para doenças cardiovasculares em populações de baixo poder aquisitivo no município de Juazeiro, Bahia. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 1, p. 133-136, 2008.
- GUIMARAES, A. L. et al. Desafios para a implantação da Fitoterapia no Sistema Único de Saúde. In: **Integralidade e Saúde: Epistemologia, Políticas e Práticas de Cuidado**. 1. ed., Recife-PE : Editora Universitária da UFPE, v.1, p. 97-108, 2011.
- HOWARD, P.L. **Women & Plants. Gender relations in biodiversity management & conservation**. Londres: Zed Books Ltd.
- MACIEL, M.A.M. ; PINTO, A.C. ; VEIGA JR, V.F. ; GRYNBERG, N.F. ; ECHEVARRIA, A. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Quím. Nova**, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002.
- OLIVEIRA, K.R.A.; DINIZ, M.F.F.M.; OLIVEIRA, R.A. **Fitoterapia no Serviço de Saúde Pública da Paraíba**. In: Das plantas medicinais aos fitoterápicos- abordagem multidisciplinar. 2 ed. João Pessoa: Ed. Do PET-Farmácia, 140p., 1998.
- Prefeitura Municipal de Juazeiro. Disponível em <<http://www.juazeiro.ba.gov.br/?pag=juazeiro>>. Acesso em 24 mar. 2010.
- SACRAMENTO, H.T. **As perspectivas da fitoterapia na saúde pública brasileira: análise e possibilidades**. In: XVI Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, Livro de Resumos, Recife-PE, 2000.
- SILVA, M.I.G. et al. Utilização de fitoterápicos nas unidades básicas de atenção à saúde da família no município de Maracanaú (CE). **Braz J Pharmacogn**, v. 16, n. 4, p. 455-462, 2006.
- SILVEIRA, P.F. et al. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Braz J Pharmacogn**, v. 18, n. 4, p. 618-626, 2008.
- SIMÕES, C.M.O.; SCHENKEL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETROVICK, P.R. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 4. ed. Porto Alegre/ Florianópolis: UFRGS, 2002. 1102 p. ISBN: 8532803954
- VEIGA-JÚNIOR, V. F. Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Braz J Pharmacogn**, v.18, n.2, p. 308-313, 2008.

Recebido em: 11 de junho de 2012
Avaliado em: 25 de julho de 2012
Aceito em: 11 de agosto de 2012

1 Professor Doutor em Produtos Naturais e Sintéticos e Bioativos. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Núcleo de Estudos e Pesquisas de Plantas Medicinais (NEPLAME) –E-mail: jackson.guedes@univasf.edu.br

2 Graduanda do Curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. E-mail: paulommeira@gmail.com

3 Psicóloga. E-mail: ilzebraga@yahoo.com.br

4 Enfermeira da Unidade de Saúde da Família do Bairro Antônio Guilhermino - Juazeiro - BA. E-mail: julitupina@hotmail.com